



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, geração e classes sociais**

**Sub-eixo: Envelhecimento**

**ENVELHECIMENTO NA ÓTICA DO CAPITAL:  
RACIONALIDADE NEOLIBERAL E SUAS IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS SOCIAIS.**

**ELIANE PATRICIA RODRIGUES DE OLIVEIRA<sup>1</sup>**

**YOSHIKO SASSAKI SASSAKI<sup>2</sup>**

**RESUMO:**

O enfoque desse estudo refere-se ao envelhecimento sob a ótica do Capital. Objetivo: analisar essas implicações, diante das expressões da questão social oriundas dessa expropriação e segregação, no processo de envelhecimento. Metodologia baseia-se em uma revisão bibliográfica, decifrando a realidade posta por essa racionalidade, vislumbrando possibilidades de resistência diante ao cenário vigente.

**Palavras-chave:** Envelhecimento; Racionalidade Neoliberal; Política Social; Serviço Social.

**ABSTRACT:** The focus of this study refers to aging from the perspective of Capital. Objective: to analyze these implications, given the expressions of the social issue arising from this expropriation and segregation, in the aging process. Methodology is based on a bibliographical review, deciphering the reality posed by this rationality, envisioning possibilities of resistance in the face of the current scenario.

**Keywords:** Aging; Neoliberal Rationality; Social Policy; Social Service.

## **1. Introdução**

O artigo tem como objetivo deslindar o Envelhecimento na ótica do capital e as implicações da Racionalidade Neoliberal na Proteção Social e ao Serviço Social, nesse sentido, busca explicitar os paradigmas do envelhecimento na ótica do capital, desvelando a Racionalidade neoliberal e suas implicações ressaltando os desafios do Serviço Social nesse cenário, nessa

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Amazonas

<sup>2</sup> Universidade Federal do Amazonas

perspectiva propõe-se discorrer sobre a atuação do Assistente Social diante as implicações nesse contexto de demolição dos direitos da Pessoa Idosa<sup>3</sup>.

Assim, aborda o envelhecimento como um processo, influenciado pelo contexto social, histórico, cultural, econômico e por fatores subjetivos, que determinam o modo de viver, que geram normas de vida, mandamentos de condutas, tornando assim parâmetros que gerenciam as relações sociais, que culminam diretamente no comportamento humano, cujo processo opera nas construções sociais.

Explicitando o envelhecimento como um processo, influenciado pelo contexto social, histórico, cultural, econômico, que determinam o modo de viver, geram normas de vida, mandamentos de condutas, tornando assim parâmetros que gerenciam as relações sociais.

Na Constituição Federal Brasileira (CF) de 1988 desvela a proteção social em uma perspectiva de direito estabelecida por meio da ordem social e tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais nessa perspectiva preconiza a seguridade social que no art. 194 da Constituição é compreendida como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

No entanto, em tempos sombrios do avanço da ideologia neoliberal que culminam na redução da proteção social, principalmente à pessoa idosa, devido à ideia de que a velhice humana expropriada e destituída é descartável, uma vez que o seu valor é centrado em sua força de trabalho quando o exercia. Sendo assim, como envelhecer especificamente nessa lógica diante a racionalidade neoliberal, pois, a conjuntura presente de demolição de direitos sociais afeta diretamente a política de proteção social. E em países como o Brasil, os direitos sociais conquistados como aposentadoria em sua maioria é irrisória, não atendendo as necessidades básicas desse segmento populacional.

Assim, produz desafios aos profissionais que operacionalizam as políticas sociais, como os assistentes sociais que norteiam sua prática profissional com compromisso ético político aos seus usuários.

O viés metodológico baseia-se em uma revisão bibliográfica, de reflexão teórica por meio de livros, publicações de artigos e entre outros, a partir de pesquisas em bases de dados acadêmicos e institucionais de fonte pública para problematizar e abordar a temática.

---

<sup>3</sup> Este trabalho teve o apoio e financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

## 2. Envelhecimento na Ótica do Capital

O crescimento populacional da pessoa Idosa é um fenômeno mundial, sendo uma das maiores conquistas da humanidade, mas que não garantem que muitos usufruam dessa conquista. E ao mesmo tempo vários fatores contribuíram com esse fenômeno, como controle da natalidade, melhoria da condição de vida através de conquistas da seguridade social, contraditoriamente.

Chegar à velhice, que antigamente era privilégio de poucas pessoas, hoje já não se restringe a poucos, mesmo em países subdesenvolvidos. Contudo, esta conquista se transformou em um dos grandes desafios para esse século (Dardengo; Mafra, 2018).

Logo ressalta-se a relevância das políticas públicas necessárias voltadas para aos cuidados a esse segmento em um país que envelhece, por meio de estratégias, mecanismos e, ações direcionados a esses indivíduos, suas famílias e sua comunidade, considerando fatores como índice de desenvolvimento e o reflexo dessa configuração etária (Berzins, 2012).

Uma das condições fundamentais para aprofundar-se a respeito do envelhecimento é compreendê-lo como um processo, influenciada pelo contexto social, histórico, cultural e econômico, e, dentre outros fatores subjetivos vivenciado por esses indivíduos na sociedade.

Ao analisar os conceitos velhice e envelhecimento, vale ressaltar que perpassam pela ambiguidade e entendimento controverso, abrangendo as dimensões biológicas, psicológicas, sociais, culturais, políticas entre outros fatores em torno do prolongamento da vida humana.

Para Debert (2020, p. 14), é “esse movimento que marca as sociedades modernas, onde, a partir da segunda metade do século XIX, a velhice é tratada como uma etapa da vida caracterizada pela decadência física e ausência de papéis sociais”. E com as mudanças no modo de produção capitalista, onde o cerne do sistema centraliza-se no lucro, através da exploração da força de trabalho ocorre uma desvalorização social da pessoa idosa.

No entanto, para requisito de legislações e políticas públicas, e sociais é convencional conceituar à pessoa idosa em um aspecto cronológico assim sendo, segundo a lei nº 14.423/22 que altera a lei 10.741/03, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente, são consideradas “às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.”

Logo, entende-se como pessoa idosa as pessoas que estejam nessa fase da vida cronologicamente. Logo, evidencia-se a complexidade na compreensão e situar a questão da



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

velhice no capitalismo contemporâneo, faz-se necessário analisar o envelhecimento na ótica do capital e as implicações, tendo a centralidade o mercado nas relações sociais.

Simone de Beauvoir (1990, p. 14), ao abordar velhice deslinda que “[...] se a velhice, enquanto destino biológico, é uma realidade que transcende a história, não é menos verdade que este destino é vivido de maneira variável segundo o contexto social”.

Salienta-se que o estudo sobre a velhice não se centraliza tendo como único fator a cronologia. A relação idade cronológica e biológica é permeada por inúmeros fatores, o ciclo de vida difere um do outro em suas peculiaridades. Assim, a idade cronológica não pode ser avaliada como único critério de definição do que vem a ser uma pessoa idosa.

O envelhecimento pode ser compreendido como um processo natural, de diminuição progressiva da reserva funcional dos indivíduos – senescência - o que, em condições normais, não costuma provocar qualquer problema. No entanto, em condições de sobrecarga como, por exemplo, doenças, acidentes e estresse emocional, pode ocasionar uma condição patológica que requeira assistência - senilidade. Cabe ressaltar que certas alterações decorrentes do processo de senescência podem ter seus efeitos minimizados pela assimilação de um estilo de vida mais ativo (Brasil, 2006, p. 08).

Sobre essa argumentação, o estilo de vida do indivíduo influenciará o processo do envelhecimento e a velhice. Condições culturais, econômicas e sociais influenciam grandemente nas condições de vida da pessoa idosa, condicionantes que levam a longevidade e a perspectiva de vida com dignidade.

Teixeira (2018), analisa que ao limitar a compreensão do envelhecimento como um processo multidimensional, singular e individualizado, retendo apenas a trajetória de vida dos indivíduos, sem levar em considerações fatores socioeconômicos e culturais, responsabiliza o próprio indivíduo apontando uma pluralidade de experiências que impossibilitam investigar as experiências, as práticas, os modos de existência nessa etapa da vida.

O envelhecimento é atravessado por demarcadores geradores de diferenças e de desigualdades, dentre eles os de classe social, de gênero/sexo, de etnia/raça e de idade/geração, que são capazes de promover homogeneização e diferenciação, que denominamos de fatores socioeconômicos e culturais, fundamentais para o entendimento do fenômeno, juntamente com os aspectos biopsicossociais (Teixeira, 2018, p. 127).

Assim, direciona a perspectiva que aborda o envelhecimento a partir do método crítico-dialético que permite uma análise de totalidade, capaz de desvendar as múltiplas determinações e mediações que conectam as experiências individuais à totalidade, mediada por particularidades, uma vez que o referido método permite o caminho e as articulações entre singularidade, particularidade e totalidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Os fatores que criam as distinções no modo de envelhecer podem ser melhores compreendidos quando se faz presente na discussão da totalidade, no que tange a realidade contemporânea brasileira, em um contexto da sociedade capitalista. Situa-se, assim, os modos de envelhecer nos contextos políticos, econômicos e sociais referidos nessa dinamicidade, fatores de análise das desigualdades sociais e econômicas, e, nas diferenciações regionais e culturais engendradas por essa realidade que acaba por refletir no modo de vida e de existência dos sujeitos (Teixeira, 2018).

Segundo a análise da autora, o envelhecimento não é um processo que é resultado da vida individual meramente, pois, esse ser social tem implicações de vida oriundas de fatores intrínsecos, sociais e econômicos, ou seja, das determinações das relações entre capital e trabalho, culminando em desigualdades sociais. Assim, é importante considerar as condições ao longo da vida desses indivíduos, o modo como foram explorados, expropriados e oprimidos, ou seja, as condições de produção e de reprodução social na sociedade capitalista, com sociabilidade em que a desigualdades, pobreza, e exclusões são iminentes, reproduzidas e ampliadas no processo de envelhecimento do trabalhador engendrada pela estrutura produtiva e social nesse sistema.

No sistema capitalista, por meio da centralidade do trabalho, submete a dinâmica econômica do mercado:

[...]. No mundo capitalista, o interesse a longo prazo não conta mais: os privilegiados que decidem o destino da massa não temem partilhá-lo. Quanto aos sentimentos humanitários, a despeito das tagarelices hipócritas, eles não intervêm. **A economia é baseada no lucro; é a este, na prática, a que toda a civilização está subordinada: o material humano só interessa enquanto produz. Depois, é jogado fora. Num mundo em mutação, em que as máquinas têm vida muito curta, não é necessário que os homens sirvam durante um tempo demasiadamente longo** (Beauvoir, 1990, p.13, grifo nosso).

O processo de envelhecimento em uma ótica capitalista, é compreendida, segundo Teixeira (2009), como opressão do estigma, gerando a segregação, implica no sujeito estigmatizado e submetido a estereótipos negativos. No entanto, isso não se deve ao declínio biológico dos indivíduos ou ao crescimento demográfico, mas à vulnerabilidade em massa dos trabalhadores, que vêm sendo explorados historicamente e acentua quando perdem o valor de uso para o capital.

Como fator resultante, a centralidade do trabalho em todos os níveis da vida da ampla maioria das pessoas é percebida por essa matriz cultural, com notável sensibilidade social e ética, erigindo-se como um dos pilares principais de estruturação da ordem econômica, social e cultural de qualquer sociedade capitalista que se queira minimamente democrática.

Por meio da centralidade do trabalho e do emprego, a nova matriz cultural submetia a dinâmica econômica do capitalismo a certa função social, ao mesmo tempo que restringia as tendências autofágicas, destrutivas, irracionais e de igualitárias que a história comprovou serem inerentes ao dinamismo normal desse sistema econômico (Delgado, 2017, p.31).

Essas condições postas na ótica capitalista geram a desvalorização, quando se perde essa capacidade de conduta laborativa da sua força produtiva, como um dos instrumentos mais relevantes de afirmação do ser humano, tendo nessa lógica em uma perspectiva cultural submetida à dinâmica econômica do capitalismo.

Nessa perspectiva, o ser humano torna-se “descartável” quando não é útil ao capital, culminando nas vulnerabilidades sociais ainda mais latentes, que atingem todos os âmbitos da vida desse ser humano, levando à necessidade do acesso à Proteção Social Pública.

Nesse contexto, apesar da existência de diversas concepções sobre a velhice, ainda se perdura a concepção permeada de preconceitos, que ecoam o ageísmo, etarismo ou idadeísmo como concepção, como algo discriminatório direcionado a essa população, referindo-se uma questão que engloba estereótipos no imaginário coletivo da sociedade.

Diante do exposto, compreende-se que processo de envelhecimento das populações, são em escala mundial, ou seja, como fenômeno global e tem sido considerado um marco na história da humanidade. Nos países menos desenvolvidos, é latente perceber que as pessoas idosas tendem a trabalhar por mais tempo e dependem mais de bens acumulados ou assistência familiar e políticas sociais (ONU, 2023).

Dito isto, a noção de longevidade como conquista da humanidade passa a ser problematizada diante das conjunturas de avanço da racionalidade neoliberal e ascensão e das contrarreformas neoliberais que vem impondo os limites do Estado em assumir políticas sociais de proteção social para a pessoa idosa, restringindo o acesso ao que não tem como prover a sua própria sobrevivência (Leão; Teixeira, 2020).

### **3. Racionalidade neoliberal e suas implicações na proteção social e o Serviço Social.**

Para Rubens Casara (2021) a racionalidade neoliberal pode ser compreendida como uma “lógica normativa global”, sendo assim, pode-se afirmar que a racionalidade neoliberal é constituída de mandamentos de conduta que devem ser seguidos por quem busca ser aceito por um Estado, por uma sociedade ou por indivíduos submetidos a essa mesma normatividade. Essa



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

normatividade se desenha dentro de uma racionalidade, nesse sentido é importante compreender o conceito:

Ainda que de forma provisória, pode-se afirmar que a racionalidade é tanto o estado ou a qualidade de agir a partir de razões quanto o conjunto de elementos que explicam, condicionam e justificam essas ações e os fins visados. As razões para agir são crenças ou ideias que se acredita estarem corretas e, mais do que isso, compatíveis e adequadas às ações escolhidas e aos fins visados (Idem, 2021, pp, 23-24).

Nesse contexto, faz-se necessário analisar o envelhecimento na ótica do capital e as implicações da racionalidade neoliberal, essa razão que centraliza o mercado nas relações sociais (Casara, 2021). Segundo o autor, a racionalidade neoliberal determina o modo de ver e agir no mundo, gera normas de vida e mandamentos de conduta, com parâmetros que gerenciam as relações sociais, centralizado no modelo do mercado, intrínseco a isso, e comprometem diretamente o comportamento humano.

A existência humana sob a lógica do capital, tendo como cerne a “utilidade”, em termo de produtividade no mercado, centraliza fatores econômicos. Nessa perspectiva, há tendência de desvalorização aos indivíduos no processo de senilidade.

Essa tendência a considerar somente as competências imediatamente utilizáveis explica sua rápida obsolescência, como a exclusão dos “seniors” da vida profissional. Ela tem uma relação complexa com a representação da vida como “capital humano” que se preserva através dos tempos. Na realidade, esse capital humano está sujeito ao mesmo risco de desvalorização que o capital técnico, o que acaba afetando profundamente os indivíduos que, com a idade, veem-se confrontados com o sentimento deprimente de sua inutilidade social e econômica (Dardot; Laval, 2016, p. 355).

Os autores deslindam que essas implicações geram impactos na vida desse ser na organização familiar, na representação social e de si mesmo que corroem o caráter, em particular os traços de caráter que unem os seres humanos uns aos outros como indivíduos coletivos, fomentando sentimentos meramente de sua utilidade social e econômica.

Nessa perspectiva, o ser humano só interessa a sociedade capitalista quando gera lucratividade, visando a produtividade ou consumindo produtos e serviços engenhados pela lógica do capital:

A sociedade regida pelo trabalho abstrato que condena o trabalhador, não só a uma antecipação do processo de depreciação natural de sua capacidade de labor, por exclusões pelo critério de idade, pela desvalorização social, pela pobreza, mas também, antes de tudo, condena-o a uma depreciação social que atinge toda essa classe, alienada e submetida às forças cegas da produção, sendo reduzida a força material de produção a um objeto destituído de qualidades e necessidades, principalmente, quando envelhecida, exacerbando as experiências negativas com o tempo, pela impossibilidade de controlá-lo, já que é expropriado pelos capitalistas (Teixeira, 2009, p. 64).

Segunda esta autora, a pessoa idosa submete-se às exigências de reprodução do capital e controle social que reflete no envelhecimento, que perpassam nos comportamentos, atitudes, sentimentos, consciência, sobretudo, ideologias, em uma valorização do capital, em uma espécie de relações pautadas em mercantilizáveis ou consumidores.

Para Casara (2021, p. 23-24), a racionalidade neoliberal pode ser compreendida como uma “lógica normativa global”, assim, pode-se afirmar que a racionalidade neoliberal é constituída de mandamentos de conduta que devem ser seguidos por quem busca ser aceito por um Estado, por uma sociedade ou por indivíduos submetidos a essa mesma normatividade, desenhada dentro de uma racionalidade.

É explícito que a lógica neoliberal se tornou normativa na sociedade, nas relações, nas valorizações e desvalorizações por intermédio de quem exerce uma utilidade produtiva nesse processo. Nesse prisma, a racionalidade neoliberal determina o modo de ver e atuar no mundo, gera normas de vida e mandamentos de conduta que prometem assegurar uma vida normal às pessoas na sociedade moderna, essas normas impõem uma competitividade generalista, que chega ao imaginário do indivíduo e acredita que dependerá dessas normatividades para alcançar seu bem-estar, tornando, assim, parâmetros que gerenciam as relações sociais, centralizado no modelo regido pela lógica do capital (Casara, 2021).

Diante da restrição dos direitos sociais, o desfinanciamento das políticas públicas e sociais produzem desafios profissionais na Política de Proteção Social para quem operacionalizam as Políticas Públicas, como os assistentes sociais.

O Serviço Social sendo uma das profissões vai se constituindo a partir de sua inserção nos serviços prestados por intermédio das políticas públicas e sociais, dentre elas, as direcionado a velhice como seu público. Nessa toada, a velhice e os processos de envelhecimento vão se configurando como questões das quais os assistentes sociais desenvolvem seu agir profissional, tendo em vista que se deparam cotidianamente esse segmento que buscam, respostas às suas demandas (Torres, 2020).

Portanto, a restrições dos direitos socialmente conquistados, gera implicações corrosivas à proteção social, logo, na qualidade de vida da população idosa, entre outros segmentos, que implicam na gestão das políticas públicas, que embora preconizadas pelos conceitos constitucionais brasileiros, sua efetividade vem sendo um desafio.

Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais - a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da



democracia e da política social nos países - em ações pontuais e compensatórias direcionada para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até virtualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário liberal para as políticas sociais, qual seja: a **privatização, a focalização e a descentralização** (Behring e Boschetti, 2011, p. 156, grifo nosso).

Assim sendo, a intencionalidade dessa racionalidade tem sido a de restrição e redução de direitos, mediante a argumentação da crise fiscal do Estado, que depende da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e das políticas sociais. Assim, promovendo a privatização, a focalização e a descentralização. Para as autoras, a descentralização, nessa perspectiva, não é vista meramente do poder entre esferas públicas para o benefício da sociedade, mas como transferência de responsabilidade para entes da federação ou setor privado, componente fundante de argumentação apresentada para a tal “reforma” do Estado.

Essa realidade gera implicações corrosivo à proteção social, portanto, na qualidade de vida da população, nesse bojo, encontra-se os desafios profissionais dos Assistentes Sociais, e, em seu agir profissional exige-se habilidades diante dessa realidade de propor e criar mecanismos estratégicos, com intencionalidades para objetivar as ações profissionais.

Nessa perspectiva, é relevante compreender a racionalidade neoliberal, como Casara (2021, p. 17) salienta: “É necessário identificar a racionalidade, a normatividade e o imaginário que levam aos novos autoritarismos, às novas formas de opressão, às novas justificativas para a desigualdade, às novas patologias sociais e às novas subjetividades” e atuar nesse enfretamento com resistência para sensibilidade capaz de valorizar o ser humano em toda sua especificidade, inclusive o ser social que envelhece.

Os (as) assistentes sociais têm nas múltiplas expressões da “questão social”, tais como vividas pelos indivíduos sociais, a “matéria” sobre qual incidi o trabalho profissional. Ela é moldada tanto pelas políticas pública quanto pelas lutas sociais cotidianas de diferentes segmentos subalternos que vêm à cena pública para expressar interesses e buscar respostas às suas necessidades (Iamamoto, 2014, p.3).

Os Assistentes Sociais têm compromisso ético político com os usuários, nesse sentido, busca-se com o agir profissional a viabilização desses direitos por meio de políticas públicas e sociais. Isso, torna-se desafiador para os profissionais nesse contexto contemporâneo, onde estão os desafios profissional dos assistentes sociais, para efetivação dos direitos da população usuárias dos serviços, assim como são exigidas estratégias de atuação que consistem em atuar



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

nas contradições que se apresenta em seus espaços ocupacionais, apresentadas pelas demandas institucionais e dos usuários.

O trabalho nas políticas públicas e sociais caracterizar-se-á também pela relativa autonomia do assistente social, pois, ao vender sua força de trabalho, não tem autonomia para definir nem o seu salário, nem a sua jornada de trabalho. Na sua atuação cotidiana, o assistente social atenderá tanto as requisições apresentadas pelos contratantes de seu trabalho, como construirá ações que evidenciem as demandas decorrentes das necessidades vivenciadas pelos usuários dos serviços que operam cotidianamente. Explicita-se aí o modo como os assistentes sociais estabelecem mediações entre o cotidiano, as normativas e o ordenamento das políticas e os conhecimentos produzidos na área que subsidiam a construção das respostas interventivas (Torres, 2020, pp. 52-53).

Para essas respostas interventiva o agir profissional desenvolve-se nos parâmetros legais da profissão, o Código de Ética Profissional de 1993, Lei 8.662/93 Lei de regulamentação da profissão (CFESS, 2011) e as Diretrizes Curriculares para formação Profissional (ABEPSS, 1996).

Conforme Iamamoto (2014, p. 224): essas legislações “representa uma defesa da autonomia profissional, por que codifica princípios, valores éticos, competências e atribuições, além conhecimento essenciais”.

Diante do exposto, além das legislações que respalda e norteia a profissão, o exercício profissional, é compreendido como uma totalidade, formada por três dimensões, sendo elas: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa:

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho (ABEPSS, 1996, p.13).

Além dessas dimensões exige-se uma postura investigativa, propositiva e interventiva desvela-se assim imperativamente uma postura, que contemple o Projeto Ético Político Profissional, nesse contexto atual que revelam as implicações da racionalidade neoliberal sendo elas corrosiva e perversa, que demonstram mais do que tentativas de redução de gastos público, denunciam um projeto político internacionalizados com descompromisso de garantir direitos e políticas públicas e sociais.

No cotidiano profissional as respostas interventivas, nesses tempos sóbrios de cenário de restrição das políticas públicas, tornam-se desafiador para o profissional de Serviço Social, que se apresentam caminhos de resistência e luta em favor da valoração do ser humano.

Iamamoto (2019, p. 56) sinaliza: “tem-se como horizonte a defesa de um projeto societário emancipado, comprometido com os interesses e ideários dos trabalhadores, com a socialização da riqueza produzida pelo trabalho, a universalização dos direitos [...]”, reafirmando o

compromisso ético político com esses indivíduos que vivencia o processo de envelhecimento no cenário vigente.

Diante da conjuntura contemporânea brasileira um dos grandes desafios é propiciar condições para promover um envelhecimento sem discriminação e que tenha acesso aos direitos descritos nas legislações vigentes, por meio das políticas públicas e sociais. Essa racionalidade, difundida ideologicamente, camufla o envelhecimento do trabalhador e sua velhice, negando a expressão da questão social do envelhecimento, tratando, como de responsabilidade dos próprios indivíduos e seus familiares por meio da difusão de uma cultura de desvalorizar o ser humano envelhecido (Teixeira, 2008).

#### **4. Considerações finais**

Ao abordar a racionalidade neoliberal e suas implicações para o sistema de proteção social brasileiro percebe-se suas investidas sobre a vida social, determinando e gerando normas de vida, mandamentos de conduta, tornando assim parâmetros que gerenciam as relações sociais, centralizando o mercado e os interesses neoliberais, refletindo diretamente no comportamento humano, como composições de um processo que opera nas construções sociais da sociedade capitalista.

As implicações da racionalidade neoliberal geram implicações aos seres humanos envelhecidos, essas implicações refletem como desafios aos que estão na perspectiva das lutas sociais que implica em fomentar novas formas de pensar, em busca de mecanismo que constitua a sensibilização de constituição de sujeitos políticos que reivindiquem, mobilizem na luta em favor do modelo de proteção social diante um contexto de demolição dos direitos.

Diante ao retrocesso dos direitos sociais e emergência e instauração da racionalidade neoliberal, exige-se da sociedade civil e dos que operacionalizam as políticas públicas de proteção social competências para decifrar a realidade e conhecimento, gerando assim a possibilidade da pessoa idosa de acesso aos seus direitos diante ao cenário vigente.

Sendo assim, inúmeros são os desafios para os profissionais do Serviço Social e aos demais que operacionalizam as políticas públicas e sociais, diante do envelhecer na ótica do capital no âmbito das relações sociais contemporâneo.

Portanto, exigem-se criar mecanismos que estabeleça estratégias de luta e resistência, que objetiva mudanças positivas na valorização do sujeito como ser social, que não se restringe meramente em fatores mercantilizados.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## REFERÊNCIAS

ABEPSS, Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8nov.) 1996.

BEAUVOIR, Simone de, 1908-1986. A velhice. 3. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social Fundamentos e história. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v 2).

BERZINS, Marília Viana; *et al.* Políticas públicas para um país que envelhece. São Paulo, Editora Martinari, 2012.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Ministério da Saúde. Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Atenção Básica Cadernos de Atenção Básica - n.º 19 Série A. Normas e Manuais Técnicos Brasília - Distrito Federal. 2006.

BRASIL, Lei nº. 14.423/22. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2022/Lei/L14423.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14423.htm), acesso em 10 de julho de 2024.

BRASIL, Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

CASARA, Rubens. Contra a Miséria Neoliberal: racionalidade, normatividade e imaginário neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária. 2021.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a assistente social / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. – Brasília: CFESS, 2011.

DARDENGO, Cassia Figueiredo Rossi; MAFRA Simone Caldas Tavares. Os conceitos de velhice e envelhecimento ao longo do tempo: contradição ou adaptação? Revista de Ciências Humanas, vol. 18, n. 2, jul. /dez. 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal. São Paulo. Editora: Boitempo, 2016.

DEBERT, Guita G. A Reinvenção da Velhice Socialização e Processos de reprivatização do envelhecimento. 1ed. 3 reimpr – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2020.

DELGADO, Mauricio Godinho. Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução. 3. ed. São Paulo, 2017.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

IAMAMOTO, Maria Vilella. Serviço Social Brasileiro em Tempos de mundialização do capital In: YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Maria Vilella (Org.) Serviço Social na história: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social – 8. ed- São Paulo: Cortez. 2014.

LEÃO, Sarah Moreira Arêa; TEIXEIRA, Solange Maria. PROTEÇÃO SOCIAL E ENVELHECIMENTO NO BRASIL E EM PORTUGAL: crítica à (re) novada função da família na proteção social da pessoa idosa. In: TEIXEIRA, Solange Maria (Org.) Serviço Social e envelhecimento. Teresina: EDUFPI, 2020.

ONU, Organização das Nações Unidas, ONU News. Perspectiva Global. Reportagens Humanas, 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/01/1807992> Acesso em: 11/09/23

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. Argumentum, Vitória (ES), v.1, n.1, p.63-77, jul. /dez. 2009.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital Implicações para a Proteção Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Solange Maria. O Envelhecimento e as Reformas no Sistema de Seguridade Social no Brasil Contemporâneo. Textos & Contextos. Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 126 -137, jan./jul. 2018.

TORRES, Mabel Mascarenhas. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM PESSOAS IDOSAS: competências e demandas em debate In: Serviço Social e envelhecimento/organizadora, Solange Maria Teixeira. – Teresina: EDUFPI, 2020.